



Morais Mariz/Senado Federal



No último dia do prazo, MP que permitiu a contratação temporária de professor é debatida e aprovada no Plenário

## MP da contratação temporária de professor é aprovada

Medida que permitiu ao governo contratar professor universitário por tempo determinado perderia a validade hoje, caso não fosse aprovada

**A**pós quatro horas de debates, marcados por protestos da oposição em relação aos efeitos da medida provisória, o Plenário do Senado aprovou ontem, por 49 votos a 12, a MP 525/11, que permitiu a contratação temporária de 17 mil professores em universidades federais e

institutos de educação tecnológica. De acordo com a medida, que não recebeu emendas, os professores poderão ser contratados pelo prazo de um ano, renovável apenas uma vez, para suprir vagas abertas com a criação de universidades e escolas técnicas. A MP seguiu à promulgação. **5**

**Sarney recebe propostas para código do consumidor **4****

**Prefeituras deverão mapear áreas de risco **6****

**Estados querem atuar mais no controle das fronteiras **3****

José Cruz/Senado Federal



Presidente da CE, Roberto Requião, em conversa com Benedito de Lira e João Vicente Claudino: comissão aprovou diversas proposições ontem

## Ofensiva contra bullying nas escolas

Projeto que obriga os estabelecimentos escolares a adotarem medidas de prevenção e combate a práticas de intimidação e agressão, conhecidas como *bullying*, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. **7**

## Indústria teme perda de competitividade

Em debate realizado no Senado, representantes do setor industrial brasileiro e especialistas em economia

dizem que aumento das importações de manufaturados pode resultar em forte desindustrialização. **8**



Participantes de debate presidido pelo senador José Pimentel (C) advertiram que a indústria nacional perde espaço na disputa com produtos importados

José Cruz/Senado Federal



Presidente José Sarney (C) participa do seminário Políticas e Novas Mídias – a nova comunicação entre parlamentares e cidadãos

## Senado avança no contato com a opinião pública

Em encontro da Secretaria Especial de Comunicação, jornalistas, blogueiros e consulto-

res debateram a importância das redes sociais para aproximar o cidadão do legislativo. **2**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Veículos de comunicação do Senado fortaleceram interação com a sociedade e novas mídias permitem formas de democracia direta, afirma Fernando Cesar Mesquita

## Sistema de comunicação intensificou ação do Senado

O SECRETÁRIO DE Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, avaliou, no seminário Políticas e Novas Mídias – a nova comunicação entre parlamentares e cidadãos, que após a criação do sistema de comunicação do Senado, especialmente da agência de notícias, do jornal e das emissoras de rádio e TV, a atividade parlamentar foi bastante intensificada. A participação do cidadão também foi ampliada, assinalou. As audiências públicas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) nas tardes de sexta-feira, por exemplo, são realizadas com participação ao vivo da sociedade, sendo um exemplo de democracia direta.

– O Senado está na frente e procura avançar. Não por vaidade, mas para que a sociedade participe cada vez mais – disse.

De acordo com Fernando Cesar, a Casa quer fazer das novas mídias instrumentos de divulgação do trabalho parlamentar e de interação com a sociedade. Em sua avaliação, as pessoas precisam conhecer o processo legislativo e saber com que objetivo as leis são aprovadas.

### Redes sociais

Já na avaliação do blogueiro Edney Souza, o Senado ainda não aproveita todo o potencial das redes sociais para divulgar o trabalho dos parlamentares e da instituição. Ele sugeriu que a instituição entre nos debates que acontecem nas redes sociais para informar e, assim, interferir de forma positiva nos temas discutidos pelas pessoas. Para ele, muitos desses debates não têm qualidade nem aprofundamento suficientes.

De acordo com o diretor da Bites Consultoria, Manoel Fernandes, mais de 500 mil pessoas seguem os senadores que possuem perfil no Twitter. Os senadores com mais seguidores, informou, são Cristovam Buarque (PDT-DF), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Demóstenes Torres (DEM-GO).

O diretor da Agência Mentis Digitais, André Telles, por sua vez, defendeu a criação de um manual de conduta com regras claras em relação à utilização das redes sociais em empresas e órgãos públicos. Assim, explicou ele, os usuários saberão como se comportar, não será preciso proibir o acesso às redes sociais e a empresa ou instituição poderá tirar bom proveito dos recursos oferecidos por essas novas mídias.



Presidente do Senado, José Sarney, ao lado de Fernando Cesar Mesquita, participa de seminário sobre relação entre política e mídias sociais

## Novas mídias aproximam o cidadão, avalia Sarney

Na abertura do seminário, o presidente do Senado, José Sarney, disse que a instituição busca, por meio de seus veículos de comunicação, não fazer propaganda, mas mostrar a utilidade do Senado para a população. Nesse sentido, as novas mídias configuram-se, na avaliação de Sarney, como instrumento de aproximação do cidadão com o Congresso Nacional.

– É preciso que o cidadão saiba que ele começa a ter maior participação no debate – assinalou.

Sarney afirmou que, no acelerado processo de mudanças executado pelas mídias digitais, foi alterado até o modo de o homem pensar, porque foram criadas coisas que todos os humanos julgavam impensáveis.

– Na verdade, a tecnologia mudou até o nosso modo de ser – constatou.

Para Sarney, com a globalização do capital e ampliação do alcance das novas tecnologias de informação e comunicação, o Estado tradicional está sendo substituído pelo “Estado em rede”, situação em que “sentimos e pensamos como parte de um coletivo”.

Segundo o senador, se hoje o cidadão consegue participar mais ativamente dos debates em pauta no Congresso, por meio dos veículos de comunicação, essa possibilidade será ampliada ainda mais nos próximos anos.

Sarney disse vislumbrar que o cidadão poderá, por exemplo, não apenas ser representado por parlamentares, opinar sobre os temas em discussão e votar em referendos, mas efetivamente participar do processo de votação de leis.

## Liberdade de expressão supõe responsabilidade

Para a jornalista e blogueira Cora Rónai, a liberdade de expressão na internet pode ser definida não pelo fato de um internauta poder visitar seu *blog* e lá “esculhambá-la”, mas sim pela chance que ele próprio tem de abrir um *blog* e assim poder falar o que quiser a respeito dela, Cora. Para a jornalista, o problema é que as pessoas se esquecem que precisam lidar com as consequências de suas opiniões.

– A liberdade de expressão deve existir, mas também existe a responsabilidade legal, você paga legalmente pelo que diz, e o que deve permear esses posicionamentos, sempre, é o bom senso. Não adianta pedir desculpas depois da ofensa – disse.

Para Marcelo Minutti, blogueiro, consultor, pesquisador e professor de inovação, *marketing* e comportamento digital, as pessoas que extrapolam no uso das mídias sociais e da internet não têm consciência do meio em que estão. Às vezes se expõem sem saber, pois quase sempre nem conhecem a ferramenta com que estão lidando, já que é possível determinar níveis de privacidade no Twitter e no Facebook.

Para a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop), Ana Lucia Novelli, falta habilidade às instituições para lidar com essa gama de opiniões diferentes. As próprias pessoas estão aprendendo a lidar com as novas ferramentas de mídia.

Mediador do debate, o vice-presidente de Relações Governamentais da Coca-Cola, Jack Correa, atualizou antigo ditado.

– O “guarda a língua dentro da boca” hoje virou “tira esses dedos do teclado”.

## Ideli: governo vai apoiar mais prazo para a análise das MPs

O governo vai apoiar a busca de uma alternativa para que o Senado tenha mais tempo para analisar as medidas provisórias. A afirmação foi feita pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, que visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

– É uma reivindicação justa e legítima. Sei disso pelo tempo em que aqui estive – disse a ministra.

Em entrevista pela manhã, Sarney disse que acredita na capacidade de diálogo da nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais, que tomou posse na segunda-feira.

– Eu considero a escolha

excelente. Ela tem muita capacidade de diálogo, uma grande capacidade de entendimento. Acho que vai dar certo a nomeação – assinalou.



Ideli Salvatti concede entrevista após encontro com José Sarney

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Mudança no Estatuto da Microempresa

14h Votação de requerimentos e projetos de lei, entre os quais o que altera o estatuto nacional da micro e pequena empresa para incluir atividades de prestação de serviços tais como médicos, dentistas, psicólogos, fonoaudiólogos, veterinários, engenheiro, arquiteto e outras categorias profissionais.

### Presidência Governadores e Ipea

10h José Sarney recebe governadores e senadores do Norte e Nordeste. Às 12h, assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Senado e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Às 16h, preside a ordem do dia.

### CCT Concessões de rádio em votação

8h30 Comissão de Ciência e Tecnologia se reúne para votar 22 projetos de decreto legislativo de concessão de rádio.

### CAS Novo nome para o bombeiro civil

9h Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública para discutir projeto de lei da Câmara que substitui a expressão “bombeiro civil” por “brigadista particular”

### CCJ Mais votações da reforma política

10h Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne para votar várias emendas constitucionais e projetos de lei da reforma política.

### CE Ensino superior e pós-graduação

10h Comissão de Educação promove audiência pública para debater o ensino superior e a pós-graduação.

### Defesa Civil Formação de força nacional

14h Subcomissão se reúne em audiência pública para discutir a proposta de criação de uma força nacional de defesa, que teria por finalidade atuar em estados onde ocorrerem tragédias de grandes proporções, como a do Rio de Janeiro no início do ano.

### CI/CAE Renovações do setor elétrico

14h30 Audiência das comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos para debater a renovação das concessões de energia elétrica.

### CMA Audiência pública sobre Belo Monte

14h30 Subcomissão temporária criada com o objetivo de acompanhar a obra da usina se reúne em audiência pública.

### CMO Secretário do Tesouro debate LDO

14h30 O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, comparece hoje a audiência da Comissão Mista de Orçamento para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento do próximo ano.

### Fórum Abertura do Brasil-Europa

17h Cerimônia de abertura do 18º Fórum Brasil-Europa, promovido pela frente parlamentar que estuda a relação do país com aquele continente, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



## Simon defende divulgação de registros sigilosos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo aos ex-presidentes da República para que defendam a divulgação de documentos oficiais mantidos em sigilo. Ele disse ser importante que informações históricas venham ao conhecimento do público.

– Dois estão nesta Casa [José Sarney e Fernando Collor] e os dois reivindicam essa tese de que é melhor deixar, esquecer, não publicar, o que não é o melhor. Não é o melhor. Nós não temos por que não publicar. Nós não temos por que não conhecer a verdade, não saber



Waldemir Borretto/Senado Federal

Para o senador, é preciso divulgar tudo

a verdade – defendeu.

Em relação ao projeto de lei que trata do assunto (PLC 41/10), Simon estranhou o pedido para que a proposta fosse submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), após aprovação unânime da Câmara dos Deputados e em duas comissões do Senado, que a mantiveram como veio da Câmara.

## “Não podemos fazer wikileaks da história do Brasil”, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou ontem que defende o sigilo apenas de documentos históricos do governo referentes à definição das fronteiras do país. Os demais registros da história do Brasil, incluindo os do período da ditadura militar e dos governos posteriores, devem ser abertos.

– Não podemos fazer “wikileaks” da história do Brasil e da construção das fronteiras – disse, referindo-se ao site criado pelo australiano Julian Assange, dedicado a divulgar

documentos sigilosos de governos e grandes empresas.

Para Sarney, a divulgação de documentos históricos da delimitação de fronteiras poderiam criar problemas já superados com países como Bolívia e Peru.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), já anunciou a retirada da urgência do projeto sobre o sigilo de documentos públicos.

– Esse projeto foi feito com muita pressa. É um projeto longo. Deve ser analisado – disse Sarney.

## CCJ aprova nomes para o Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a recondução do advogado Almino Afonso Fernandes e da juíza Taís Schilling Ferraz para o Conselho Nacional do Ministério Público. As indicações, relatadas respectivamente por Lindbergh Farias (PT-RJ) e Aécio Neves (PSDB-MG), vão a Plenário.

Aécio questionou sobre a atuação do conselho para coibir “ações midiáticas” do Ministério Público – operações nas quais a imprensa teria exposto antecipadamente os acusados. Pedro Taques (PDT-MT) quis saber se o

MP também é cobrado quando é “omissão com moradores da senzala”. Almino, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), respondeu ser exceção a atuação irregular de membros do MP. Para ele, “uma instituição com o dever de fiscalizar as demais instituições não pode cometer irregularidades”.

Segundo Taís Ferraz, indicada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o conselho tem o desafio de construir a unidade de atuação do MP, instituição “onde independência e autonomia são bastante caras”.

## Após três meses, Dilma nomeia para o TRE de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou ontem da demora na nomeação pela presidente Dilma Rousseff de dois membros para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Roraima. A confirmação de Stélio Dener de Souza Cruz e Jorge da Silva Fraxe para os cargos, vagos desde março, só aconteceram nesta semana. A composição incompleta impediu votações no TRE e, segundo o parlamentar, chegou a levantar suspeita de que “algo obscuro” estivesse ocorrendo, já que o governador José de Anchieta Júnior (PSDB) foi cassado e se mantém no cargo graças a liminar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Geovani propõe parcelar dívidas com o Detran



Waldemir Borretto/Senado Federal

Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) propôs ontem uma mudança nas normas para pagamento de dívidas de motoristas com os Detrans. A preocupação é com o número de carros esquecidos nos pátios porque o proprietário não consegue quitar as dívidas.

– Não é possível que não possamos pensar num outro jeito de resolver, a não ser que a intenção seja realmente essa, deixar ali o veículo sem qualquer intenção de devolvê-lo.

Representantes dos estados da região elogiam plano federal lançado recentemente, mas advertem que é preciso somar esforços de todos os governos para vencer o crime

# Amazônia quer atuação conjunta nas fronteiras

OS GOVERNOS DOS estados da Amazônia querem participar de um trabalho conjunto com o governo federal no combate aos crimes nas regiões de fronteira. Essa foi a principal reivindicação apresentada ontem pelos representantes dos governos do Amapá, do Amazonas e do Pará em debate promovido pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na audiência pública, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), os representantes dos três governos elogiaram o lançamento pela presidente Dilma Rousseff do Plano Estratégico de Fronteiras, mas ressaltaram a necessidade de somar os esforços da União e dos estados.

– Nossa principal reivindicação é um apoio maior aos estados, para que possamos, de maneira integrada, trabalhar nas áreas de fronteira – afirmou o secretário de Justiça e Segurança Pública do Amapá, Marcos Roberto Marques da Silva.

Segundo o secretário, os estados da região têm investido na formação de policiais para atuar nas áreas de fronteira. Esses policiais, como ele observou, conhecem a realidade local muito bem. Mesmo assim, a seu ver, os estados foram colocados “meio de lado” pelo governo federal.

O secretário de Segurança Pública do Amazonas, Zulmar Pimentel dos Santos, considerou “bem concebido” o Plano Estratégico de Fronteiras, mas também defendeu a integração de forças policiais da União e dos estados. As secretarias estaduais, como ressaltou, têm responsabilidade na manutenção da segurança pública nos municípios fronteiriços.

– No Amazonas, nossa maior preocupação é com tráfico de drogas, uma vez que fazemos fronteira com o maior produtor de cocaína do mundo. Antes, o Amazonas era só um corredor, mas agora a droga está sendo difundida com muita frequência até no interior do estado. Uma das nossas grandes deficiências está no patrulhamento fluvial, que é o grande corredor de entrada do tráfico – disse.

No caso do Pará, a grande preocupação é com o isolamento das áreas de fronteira, ainda muito desabitadas. O chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública, coronel José Roberto Damasceno, informou que as sedes dos três municípios localizados na fronteira – Oriximiná, Óbidos e Almeirim – encontram-se a cerca de 400 quilômetros da linha divisória com o Suriname e a Guiana. Ele propôs que os senadores da subcomissão visitem a região de fronteira para conhecer a realidade local e fez ressalvas ao envio para a região de tropas da Força Nacional.

## Mozarildo lembra diferença e pede maior integração

O senador Mozarildo Cavalcanti observou que as realidades dos estados amazônicos são bem diferentes, embora a região pareça uniforme aos olhos dos demais brasileiros. Ele defendeu ainda uma “integração forte” da União com os estados.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) considerou “muito importantes” as operações conjuntas da União e dos estados. Com a experiência de dois mandatos como governador de Mato Grosso, ele informou que, quando são promovidas operações conjuntas, reduzem-se os casos de narcotráfico e contrabando.

Por sua vez, o senador Raulo Rodrigues (PSOL-AP) previu que a inauguração da ponte entre o Brasil e a Guiana Francesa aumentará as oportunidades econômicas do Amapá, mas também os problemas sociais na fronteira. Muitos garimpeiros atuam de forma irregular no país vizinho.

– Vamos ter a integração física, mas precisamos de investimento do governo federal na fronteira. A melhor forma de o Estado se fazer presente é com educação, saúde e políticas de desenvolvimento – sustentou Raulo.



Mozarildo Cavalcanti (2º à dir.), entre os três representantes estaduais, durante a audiência pública de ontem

## Legalização de carros sem documentos preocupa

A decisão do governo boliviano de legalizar veículos sem documentação que circulam pelo país é motivo de preocupação nos estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia. Secretários de Segurança Pública e senadores que participaram de audiência promovida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira são contrários à medida, já que grande parte dos veículos que circulam ilegalmente na Bolívia são produto de furto ou roubo no Brasil.

– Isso nos deixa bastante

preocupados em vista da possibilidade de aumento da evasão de veículos furtados e roubados para a Bolívia. Além disso, normalmente, os veículos furtados ou roubados são moeda de troca para a droga, que volta para o Brasil – afirmou o secretário de Segurança Pública de Rondônia, Marcelo Bessa.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) também acredita que a medida poderá incentivar o aumento desse tipo de crime na divisa com a Bolívia.

– Isso é muito sério e eu acho que o governo brasileiro tem

que dar uma resposta imediata a essa atitude do governo Evo Morales – afirmou Raupp.

Os debatedores também defenderam mais integração entre os governos estaduais e federal na segurança das fronteiras, especialmente após o lançamento, pela presidente Dilma Rousseff, do Plano Estratégico de Fronteiras, no dia 8 deste mês. Os representantes das secretarias de Segurança Pública do Mato Grosso, do Acre e de Rondônia apontaram a necessidade de uma presença efetiva da União nas fronteiras.



Comissão de juristas criada pelo Senado apresenta as propostas preliminares para atualizar o código, com ênfase no comércio eletrônico

# Defesa do consumidor pode ser ampliada

A COMISSÃO ESPECIAL de juristas criada para elaborar anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) apresentou ontem suas propostas preliminares ao presidente do Senado, José Sarney. O texto definitivo do anteprojeto será entregue em outubro.

Com a apresentação das três primeiras propostas, os juristas agora pretendem discutir os textos com as instituições que atuam no sistema de defesa do consumidor.

Presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin lembrou que o atual código foi elaborado durante o mandato de Sarney na Presidência.

– O objetivo é trazer o que há de mais moderno e atualizado ao nosso código do consumidor – assinalou.

Sarney salientou que a atualização é necessária para que a legislação possa acompanhar as mudanças nas relações entre consumidores e comerciantes.

– Essa institucionalização de defesa do consumidor começou no meu governo e a partir dali o consumidor passou a ser objeto de proteção por parte do Estado. Atualmente, precisamos de uma atualização, como fizemos com o Código de Processo Civil. Agora estamos fazendo com o CDC – disse Sarney.

Conforme explicou Herman Benjamin, os textos tratam de



Comissão de juristas trouxe trabalho preliminar ao presidente Sarney. Senadores Renan Calheiros e Rodrigo Rollemberg (ambos à direita) elogiaram esforço

assuntos como a regulamentação do comércio eletrônico e ajustes processuais no sentido de viabilizar solução alternativa não judicial para os conflitos de consumo que não foram tratados pelo CDC quando de sua criação.

## Segurança

A atualização em discussão prevê ainda o investimento, de forma direta, na melhoria da informação ao consumidor sobre os riscos do crédito e também em mecanismos que estimulem as instituições financeiras a considerar o superendividamento de forma mais adjetiva.

A principal preocupação, segundo Hernan Benjamin, é quanto à segurança no comércio eletrônico.

– O que preocupa, em primeiro lugar, é a própria confiança no sistema. O consumidor precisa acreditar que está protegido – disse.

De acordo com o ministro do STJ, as propostas também incluem sugestões para amenizar problemas como o *spam* – *e-mails* não solicitados enviados a um grande número de pessoas. Na avaliação de Benjamin, o uso desse tipo de recurso é abusivo e prejudica tanto consumidores quanto comerciantes.

## Renan: novo Código do Consumidor ampliará direitos

As propostas do anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, ampliam os direitos dos consumidores, salientou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

– O resultado do trabalho foi entregue hoje [ontem] e não se mexeu um milímetro nos direitos dos consumidores. Pelo contrário, a comissão adotou a diretriz de ampliar os direitos do consumidor – disse, ressaltando que a comissão buscou dar prioridade aos Procons, para evitar o excesso de litígio nas relações de consumo.

O senador lembrou que, como ministro da Justiça, entre 1998 e 1999, participou da implementação da lei. Ele citou, entre as ações do ministério, a proibição de as empresas de cartões de crédito enviarem cartões a consumidores sem a solicitação desses e a obrigatoriedade da indicação de preços nos produtos vendidos em supermercados.

## Para Rollemberg, tema é essencial na agenda do ano

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que a tarefa de atualização do CDC e a reforma do Código Florestal deverão ser os temas mais importantes em discussão no Senado nos próximos meses.

Rollemberg ressaltou que o CDC representa uma “grande conquista” dos direitos civis, tendo se tornado um marco da legislação mundial. O senador lembrou que, há 20 anos, quando foi concebido, as pessoas de baixa renda não tinham acesso ao crédito, assinalando que, a partir da maior oferta de crédito, surgiu o problema do superendividamento, que agora requer regulamentação.

Da mesma forma, observou, naquele período não havia o *boom* de novas mídias e tecnologias de informação e o crescimento do comércio na internet, que também exige regulamentação própria.

Rollemberg previu que a CMA deve realizar audiências públicas para debater a proposta.

## Mudanças atingem internet e superendividamento

Anúncios de venda sem juros ou com taxa zero de juros, bem como a promessa de venda sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito podem sumir do comércio. Uma das principais inovações propostas pela comissão de juristas é a proibição de publicidade que leva o comprador ao engano ou ao superendividamento.

Entre as novidades, estão a possibilidade de o cliente se arrepender em até sete dias de compra ou financiamento feitos eletronicamente ou com

desconto consignado na folha de pagamento. O artigo 39 do código, que enumera práticas abusivas dos vendedores, também ganhou reforço: foram incluídas hipóteses como a recusa de entrega de cópia do contrato, o impedimento de bloqueio do cartão de crédito que teve uso fraudulento e a cobrança em fatura de débitos contestados há mais de três dias pelo cliente.

As penas para quem descumprir o código também atingiram o comércio eletrônico. Um *site*

pode ser retirado do ar caso o direito ao arrependimento do consumidor seja desrespeitado, por exemplo.

Segundo a relatora-geral da comissão de juristas, Claudia Lima Marques, a ideia não foi mudar o código que já existe, mas atualizá-lo e adaptá-lo às novas tecnologias, como a venda eletrônica, e a fenômenos brasileiros como a recente democratização do crédito para uma camada da população antes impossibilitada de adquirir bens de consumo de maior valor.

## Cristovam elogia carta de Dilma Rousseff a FHC



Cristovam: Dilma abre porta entre PT e PSDB

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou, em discurso, a carta que a presidente Dilma Rousseff enviou ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cumprimentando-o pelo seu aniversário de 80 anos, no próximo sábado. Segundo o senador, a presidente conseguiu abrir uma porta entre o Partido dos Trabalhadores e o PSDB, e essa atitude “pode trazer vantagens extremamente positivas para o Brasil”.

Para Cristovam, a gentileza com que foi escrita a carta é algo raro no PT. Ele lembrou que o partido não ofereceu apoio ao Plano Real e ao Bolsa Escola, programas de governos opositores. O senador pediu que a oposição reflita sobre a oportunidade de consenso e disse que os partidos precisam ter pessoas, abaixo dos grandes líderes, que viabilizem o diálogo entre posições diferentes.

## Mário Couto cumprimenta Dilma e denuncia corrupção



Mário Couto pede demissão de Luiz Pagot

O senador Mário Couto (PSDB-PA) voltou a pedir a demissão do diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antonio Pagot, a quem acusou de corrupto. Para o senador, Pagot tentou intimidá-lo denunciando-o ao Conselho de Ética.

– O Dnit é o órgão mais corrupto do Brasil. Troque esse homem, limpe o Dnit, lave o Dnit da rouba-lheira – sugeriu à presidente da República.

Mário Couto cumprimentou Dilma Rousseff por carta enviada a Fernando Henrique Cardoso pelos 80 anos. Na carta, Dilma destaca os feitos de Fernando Henrique como “ministro arquiteto de um plano duradouro de saída da hiperinflação” e “presidente que contribuiu decisivamente para a consolidação da estabilidade econômica”.

## Senado empossa Sérgio Souza, suplente de Gleisi



Sérgio defende Código Florestal equilibrado

Sérgio Souza (PMDB-PR) fez ontem seu juramento de posse como senador, no lugar de Gleisi Hoffmann, que assumiu na semana passada o cargo de ministra da Casa Civil.

O novo senador deu ênfase às suas origens rurais, ressaltou sua formação em Direito e listou suas prioridades no exercício do mandato. Ele mencionou o texto do Código Florestal (PLC 30/11), que tramita no Senado, que, a seu ver, deve garantir a preservação ambiental e a produção rural.

Sérgio assegurou seu compromisso com a ética e destacou sua trajetória política no PMDB, que culminou na campanha com Gleisi Hoffmann em 2010.

– Gleisi é muito preparada intelectualmente, convicta de suas ideias e posicionamentos e, sobretudo, determinada em seus propósitos.



## Oposição ameaça com mais uma ação no STF

A oposição ameaçou entrar com mais uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a aprovação de medidas provisórias no Senado Federal. O objeto de contestação, dessa vez, é a Medida Provisória 525/11, que autoriza a contratação temporária de professores de ensino superior, aprovada na sessão de ontem.

Na avaliação dos líderes do DEM e do PSDB, a medida desrespeitou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao não trazer, nos textos avulsos distribuídos aos senadores, o impacto orçamentário que a contratação de professores temporários terá nas despesas da União.

A oposição pediu que a votação fosse suspensa até a apresentação desse relatório orçamentário ou que a MP 525/11 fosse devolvida à Câmara dos Deputados. A base do governo no Senado rebateu a cobrança com o argumento de que as contratações já haviam sido feitas e as despesas decorrentes delas estão previstas na Lei Orçamentária de 2011, aprovada pelo Senado no ano passado.

Mais uma vez, foi cobrada a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11 para evitar os embates provocados pela apreciação das MPs no Senado. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao presidente da Casa, José Sarney, autor da PEC, que coloque a proposta em votação.



Depois de quase quatro horas de debate em que a oposição tentou impedir a votação, 49 senadores deram seu voto favorável. Doze registraram voto contrário

# Autorizada a contratação temporária de professores universitários

No último dia de prazo, o Plenário aprovou a medida provisória que permitiu a contratação temporária de cerca de 17 mil novos docentes, aumentando de 10% para 20% o percentual de não concursados nas universidades públicas

A MEDIDA PROVISÓRIA 525/11 que autoriza a contratação temporária de professores para trabalhar nas instituições federais de ensino e em projetos de educação técnica e tecnológica foi aprovada ontem pelo Senado por 49 votos favoráveis e 12 contrários. A oposição tentou obstruir a votação durante quase quatro horas de debate. O texto vai à promulgação.

A intenção do governo é suprir a demanda por professores decorrente da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), até a realização de concurso público.

A proposta prevê também a possibilidade de contratação de professor substituto e de professor visitante por vacância, afastamento ou licença do cargo, ou ainda por nomeação do titular para os cargos de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. As contratações poderão ser feitas pelo prazo máximo de um ano e prorrogadas pelo mesmo período.

A MP amplia de 10% para 20% do quadro total de docentes efetivos o total de professores temporários contratados.

A relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), recomendou a aprovação, sem emendas, da MP.

Em defesa da medida, que

ontem perderia a vigência caso não fosse aprovada, o líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que ela atende a uma necessidade "concreta e urgente" do ensino superior. Walter Pinheiro (PT-BA) fez outro alerta: como vários dos professores temporários já estavam em atividade com base na MP, sua rejeição poderia prejudicar as atividades universitárias.

A oposição, porém, criticou a MP por permitir a contratação de cerca de 17 mil novos professores sem concurso público e ampliar de um para dois anos a duração dos contratos temporários.

– Voltou a época da janela. Não precisa mais concurso pú-

blico – reclamou Mário Couto (PSDB-PA).

O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), disse que o tipo de contratação previsto na MP só ocorreu no regime militar e desqualificaria os que ingressaram na carreira por mérito. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), calcula que 50% das aulas serão ministradas por professores sob contrato de tempo limitado, o que comprometeria a qualidade do ensino. Já o líder do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), questionou a constitucionalidade da MP, uma vez que o Supremo declarou a inconstitucionalidade das repetidas renovações desse tipo de contrato temporário.



João Vicente Claudino, relator, apresentou emenda à proposta, que agora vai à CDH, para votação em caráter terminativo

## Garantia de vaga para irmãos na mesma escola

Irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica poderão passar a ter vagas garantidas na mesma escola pública e gratuita próxima a sua residência. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que segue agora para análise, em decisão terminativa, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o autor do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 305/09, deputado Neilton Mulim (PR-RJ), chama a atenção a situação em que irmãos não conseguem

vaga na mesma escola, inclusive gêmeos, "sendo obrigados a estudar em locais separados e, às vezes, distante de suas residências, o que violenta flagrantemente o texto atual do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)".

O texto original do projeto previa, no entanto, a inclusão, no ECA, de dispositivo para garantir vagas para irmãos na mesma escola pública, gratuita e próxima de suas residências.

Mas o relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), embora concorde com a proposta, achou que, da forma como

estava, poderia causar "problemas incontornáveis para escolas que não oferecem vagas em todo o percurso da educação básica, da creche ao ensino médio.

Ele resolveu emendar o projeto para garantir a vaga para irmãos com idades aproximadas, que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

A CE também aprovou em decisão terminativa o PLC 270/09, que visa incentivar a população brasileira a adotar padrões de consumo sustentável. A proposta vai à sanção.

## Vai à sanção regra para escolha de patronos

A partir de agora, passará a haver regras para que uma pessoa seja declarada patrona de algum evento, instituição ou atividade. A outorga desse título, quando for realizada por meio de lei federal, passará a obedecer a uma série de critérios. É o que prevê proposta aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e que segue para sanção presidencial.

Pelo projeto (PLC 163/09) do ex-deputado Celso Russomano, são seis as situações em que uma personalidade pode ser declarada "patrona": de Força Armada, arma ou unidade militar; de classe profissional; de ramo do conhecimento, das artes, das letras ou da ciência; da academia ou instituição congênere; de movimento social; e de evento cultural, científico ou de interesse nacional.

Outro projeto (PLC 142/10) aprovado confere ao município de Ilhabela (SP) o título de Capital Nacional da Vela, por sediar, há 30 anos, a Semana Internacional da Vela.

## Villa-Lobos incluído no Livro dos Heróis da Pátria

Segue para sanção proposta que inscreve o nome do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília. A homenagem está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 128/10), aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A intenção do autor, o ex-deputado Dr. Talmir, foi prestar uma homenagem ao "artista que melhor projetou o Brasil no cenário cultural internacional durante o século 20". O deputado lembra que, em 2009, no cinquentenário da morte de Villa-Lobos, o músico foi homenageado com concertos, recitais, exposições, gravações e lançamentos no Brasil e no mundo "pelos mais renomados artistas contemporâneos".

Para o relator na CE, senador Benedito de Lira (PP-AL), a homenagem é um "reconhecimento à grandeza de Villa-Lobos".

Três projetos que dão denominação a rodovias também foram aprovados terça-feira pela CE, todos em decisão terminativa.



Proposta também autoriza a União a criar cadastro nacional de áreas de risco visando ao estabelecimento de prioridades para a ação integrada dos órgãos de defesa civil

## Prefeitura pode ser obrigada a mapear as áreas de risco

AS PREFEITURAS PODERÃO ser obrigadas a elaborar mapeamentos de áreas de risco em seu município, conforme proposta de Lindbergh Farias (PT-RJ), aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O texto segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, o mapeamento é de responsabilidade dos estados.

O projeto (PLS 26/11), que altera a Lei 12.340/10, prevê prazo de 180 dias e sanções para o município que descumprir o dever de realizar o mapeamento. E autoriza a União a criar cadastro nacional de áreas de risco para auxiliar o estabelecimento de diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do

Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec).

O relator, Wellington Dias (PT-PI), ressaltou que, com a obrigatoriedade recaindo sobre os municípios, o mapeamento de riscos deixaria de depender da adesão do estado ao Sindec. A prefeitura que descumprir as obrigações fixadas pela proposta ficará impedida de receber transferências voluntárias da União, com exceção de áreas em estado de calamidade pública ou de emergência. O descumprimento também seria tipificado como crime de responsabilidade do prefeito ou governador.

– A finalidade maior da proposição seria, portanto, fortalecer a cultura da prevenção, qual seja, a de estruturação de um

sistema capaz de evitar a repetição de tragédias a cada período de chuvas – resumiu.

Lindbergh criticou a assessoria parlamentar do Ministério das Cidades, que estaria orientando para interromper a tramitação do projeto e discuti-lo por mais seis meses. O senador sugeriu que as assessorias parlamentares tenham mais cuidado com as propostas dos legisladores.

– Às vezes, encontramos assessorias que querem dirigir e ditar os rumos das comissões. Estou completamente aberto ao projeto. Talvez esteja sendo muito rígido com a punição ao prefeito, mas vamos discutindo, vamos fazendo andar. Na dúvida, tem uma tese de tentar parar aqui, sem debate. O que é um equívoco – alertou.



Suplicy, presidente da subcomissão, e o relator, Ricardo Ferraço: debate do substitutivo é adiado por pedido de vista

## Subcomissão adia análise da reforma administrativa

A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa do Senado marcou nova reunião para amanhã. Ontem, Benedito de Lira (PP-AL) pediu vista do relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre o Projeto de Resolução 96/09, que altera o regulamento administrativo do Senado.

Segundo o relator, seu substitutivo buscou priorizar a atividade-fim da Casa. O trabalho, disse Ferraço, foi feito com base nas contribuições que a subcomissão recebeu de senadores e técnicos do Senado e de outras instituições.

– O esforço foi empreendido na construção de um ambiente de convergência – disse.

Pelo relatório, o número de funções comissionadas no Senado passa a ser de 1.129. Houve um acréscimo de 215 funções comissionadas em comparação com seu relatório inicial. No entanto, o número representa pouco mais da

metade das 2.072 funções comissionadas que o Senado tem hoje. Ferraço também afirmou entender que são necessários maior coordenação e maior controle dos órgãos da Casa para assuntos de natureza administrativa, orçamentária e funcional. Para isso, propôs que todas as decisões sobre esses temas sejam tomadas por um colegiado, cujo presidente seria o 1º secretário da Mesa. Ainda de acordo com o relatório, os gabinetes dos senadores poderão ter até 55 funcionários comissionados. Atualmente, esse número é de 79.

Benedito de Lira e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o trabalho do relator e destacaram sua dificuldade.

Se o substitutivo for aprovado pela subcomissão, na quinta, seguirá para análise da CCJ e, em seguida, do Plenário. “Temos um longo caminho pela frente”, disse Ferraço.



Presidida por Benedito de Lira, CDR aprova proposta de Lindbergh (E) que fortalece sistema de prevenção de desastres provocados por chuvas

## Maldaner: é preciso investir em energias alternativas



Casildo Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que, na formulação de sua política energética, o Brasil deveria investir em energias alternativas e no biodiesel. Segundo ele, apesar da descoberta da camada pré-sal e da “decantada” auto-suficiência do Brasil em petróleo, há uma tendência mundial para as fontes renováveis de energia.

– Apesar da justa atenção que devemos dispensar ao petróleo, a verdade é que devemos voltar os olhos às fontes de energia identificadas com o futuro – sugeriu.

Maldaner disse acreditar que a obtenção de energia a partir de resíduos agropecuários como o biodiesel e o biogás é uma solução economicamente viável. O parlamentar sugeriu ainda o acréscimo de biodiesel ao óleo diesel.

## CMA sugere análise do licenciamento de usinas

O relatório da visita que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fez, em abril, aos canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, foi apresentado ontem pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Entre as recomendações contidas no documento, está a de que o Ministério do Meio Ambiente analise, junto com o licenciamento das obras, tanto o licenciamento das linhas de transmissão como a autorização para utilização da madeira das áreas afetadas.

As obras foram paralisadas em março, depois de um conflito em Jirau, no qual um ônibus e alojamentos foram incendiados. Na ocasião, houve polêmica sobre as razões do problema: para alguns, vandalismo; para outros, uma reação à forma como os trabalhadores vinham sendo tratados pelos empregadores. De acordo com o relatório, havia na ocasião 22 mil trabalhadores em Jirau, obra da construtora Camargo Corrêa, e 18 mil em Santo Antônio, da Odebrecht.

## Confronto de ideias marca o primeiro Assunto de Estado

A estreia do programa Assunto de Estado, anteontem na TV Senado, foi marcada pelo confronto de ideias entre as duas principais forças políticas de São Paulo: o PSDB do senador Aloysio Nunes Ferreira e o PT dos senadores Eduardo Suplicy e Marta Suplicy. O debate, transmitido ao vivo também pela Rádio Senado, tratou da situação do transporte.

Pela internet, telespectadores e ouvintes reclamaram dos preços e da qualidade do transporte e sugeriram aos senadores tomar uma condução para vivenciar os problemas.

Marta Suplicy criticou os governos estaduais do PSDB, que teriam construído 1,2 km de metrô por ano, e apontou

atrasos e escândalos. Aloysio Nunes negou falta de planejamento e disse que as obras são significativas em quantidade e qualidade. Ele relatou melhorias nos trens metropolitanos, parte dos quais já teria qualidade de metrô. Eduardo Suplicy defendeu o transporte público como direito básico do cidadão e disse confiar no entendimento entre os governos estadual e federal para a execução dos projetos. Ele pediu mais integração, mais corredores de ônibus e a expansão do Bilhete Único.

A construção do trem-bala também gerou polêmica entre os senadores. A íntegra do debate está na internet, em <http://migre.me/53zWD>.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Davim • Ciro Nogueira • Jayme Campos • José Sarney

\*Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Humberto convoca prefeitos para Brasil sem Miséria



Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) pediu ontem que as prefeituras participem do programa Brasil sem Miséria. Para ele, os prefeitos devem estar atentos a todas as formas de se integrar ao programa, para levar aos pobres as oportunidades criadas.

– Erradicar a miséria é um compromisso do governo Dilma, mas também deve ser de estados e municípios e, sobretudo, de cada um de nós. A parceria é a chave para o sucesso dessa empreitada – disse o parlamentar.

Humberto destacou que o programa do governo federal tem objetivos amplos e estratégias inovadoras.

## Suplicy destaca programa e cita livro de Lya Luft



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o programa Brasil sem Miséria, lançado pelo governo federal no dia 2, com o objetivo de retirar mais de 16 milhões de pessoas da pobreza absoluta. O senador também destacou o caráter social do livro *A Riqueza do mundo*, da escritora Lya Luft.

– É um texto que pode ser considerado uma exaltação e uma justificativa para o programa Brasil sem Miséria – afirmou o senador, que deu um exemplar do livro para a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

## Santiago pede esforço global contra as drogas



Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) conclamou o Senado a se envolver diretamente no combate às drogas. Ele citou o relatório da Comissão Global de Política sobre Drogas, divulgado este mês, que revelou aumento na oferta e no consumo de drogas em todo o mundo.

– Os hospitais não atendem de forma correta, a polícia não consegue reduzir o número de traficantes e a sociedade não consegue criar atrativos para que os jovens não utilizem as drogas. A luta deve envolver diversos setores porque é um problema de toda a sociedade – afirmou o senador.

Autor de iniciativa aprovada na CE, Gim Argello alerta para a gravidade do *bullying* no meio escolar, por afetar pessoas muito jovens, com a personalidade em formação

# Escolas podem ser obrigadas a adotar medidas contra *bullying*

OS ESTABELECIMENTOS DE ensino deverão ser obrigados a adotar estratégias de prevenção e combate a práticas de intimidação e agressão recorrentes entre os integrantes da comunidade escolar, conhecidas como *bullying*. Projeto que inclui essa exigência na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. Se não for apresentado recurso para votação no Plenário, a proposta seguirá logo ao exame da Câmara.

O autor do projeto de lei (PLS 228/10), senador Gim Argello (PTB-DF), argumenta que os efeitos do *bullying* são deletérios, “causando enorme sofrimento às vítimas”. Para ele, essa situação é ainda mais grave quando acontece nas escolas, “por afetar indivíduos de tenra idade, cuja personalidade e sociabilidade estão em desenvolvimento”.

Na justificativa da proposta, Gim Argello lembra que o tema, por ser recente, ainda

não está previsto na LDB. A seu ver, a abordagem nas escolas é necessária, pois o *bullying* se manifesta de formas diversas, que incluem insultos, intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, amedrontamentos, isolamento, assédio moral e também violência física.

### Conscientização

Para o relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), o projeto vem “em boa hora”. Em seu parecer, ele sugere algumas providências a serem adotadas pelas escolas, como a capacitação técnica e pedagógica de todos os seus profissionais da educação, incluindo os não docentes; interação entre educadores e pais de alunos; articulação entre gestores educacionais e os encarregados da segurança da cidade e do bairro; e ainda conscientização das crianças e adolescentes sobre as consequências “nefastas desse tipo de comportamento covarde e antissocial”.

Segundo Ana Amélia (PP-RS), o projeto é meritório e

urgente, pois, o *bullying* é uma “prática lesiva que afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes na fase escolar”.

Marta Suplicy (PT-SP) lembrou que o *bullying* é um problema sério e que tem gerado crimes em vários países. Já Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou a importância de as escolas combaterem esse mal, que traz “vexame e constrangimento” às vítimas.

### Gasto com educação

A comissão também aprovou a realização de uma audiência pública para apresentar e debater os gastos relativos aos anos de 2009 e 2010 da União, dos estados e dos municípios com educação nas suas diversas modalidades, com ênfase na educação básica.

O autor do requerimento, Cristovam Buarque (PDT-DF), também quer discutir a planilha de custos associada ao Plano Nacional de Educação e a evolução do número total de alunos no sistema de ensino.



Aloysio Nunes, relator, sugere conscientização das crianças e jovens sobre as consequências nefastas da prática na escola

## CAE: produtos com forma de cigarros são proibidos

Qualquer produto nacional ou importado destinado ao público infante-juvenil com forma de cigarro e similares poderá ter sua fabricação, comercialização, distribuição e propaganda proibidas no Brasil. A vedação se aplica a embalagens de produtos e consta de projeto (PLC 17/10) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão terminativa caberá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta, apresentada pelo falecido deputado Clodovil Hernandez, estabelece que as empresas que descumprirem a determinação ficarão sujeitas à apreensão dos produtos e a multa de R\$ 10 por cada item ou embalagem apreendida. Esse valor, atualizado anualmente, será cobrado em dobro em caso de reincidência.

## Lídice quer engajamento contra trabalho infantil

Lídice da Mata (PSB-BA) convidou os parlamentares a participarem da Campanha Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, lançada quinta-feira, na Câmara.

Este ano, disse a senadora, a campanha tem como tema trabalhos perigosos e priorizou quatro formas de trabalho infantil: doméstico, nas ruas, com o lixo e na agricultura com agrotóxicos. O mote é “Deixar de estudar é um dos riscos”. Lídice mencionou ainda algumas das estratégias do governo federal contra o problema, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas).



Lídice da Mata

## Davim alerta para cardiopatia congênita

O senador Paulo Davim (PV-RN) destacou a passagem do Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita, comemorado



Paulo Davim

em 12 de junho. A extensão dessa cardiopatia a torna um problema de saúde pública.

Segundo Davim, a cada ano nascem quase 29 mil crianças com algum problema anômico no coração. E 6% delas morrem antes de completar um ano de vida.

De cada cem crianças que nascem com cardiopatia congênita, apenas 38 recebem algum atendimento. Entre as dificuldades de tratamento, ele apontou a falta de cardiologistas habilitados.

## Lúcia Vânia critica fim de projeto no Entorno do DF

A saída das cidades goianas de Valparaíso e Novo Gama do projeto Mulheres da Paz foi criticada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).



Lúcia Vânia

A senadora defendeu a importância do projeto, que preparava mulheres para atuar contra a violência em suas comunidades.

Mudanças promovidas no projeto excluíram as cidades com menos de 200 mil habitantes das beneficiadas. Lúcia Vânia ressaltou que as duas cidades retiradas, ambas no Entorno do Distrito Federal, estão numa das regiões mais violentas de Goiás.

## Assembleia de Deus é elogiada por Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) registrou ontem a homenagem feita mais cedo pela Câmara dos Deputados aos 100 anos das igrejas Assembleia de Deus. O Senado realizou sessão de homenagem semelhante na segunda.

– A pregação do Evangelho fez com que a Assembleia de Deus fosse uma agência do reino de Deus muito grande e forte neste país, formada de ex-drogados, sofridos, mutilados, bêbados, prostitutas, famílias destruídas, gente degradada, desgraçada, que conheceu a vida pela via maravilhosa do Evangelho.



Magno Malta



## Ferraço critica MP com emenda que ajuda banqueiros

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou o rito atual de medidas provisórias, que a cada semana levaria o Senado ao "constangimento" de aprovar MPs sem tempo para uma análise profunda do mérito.

O senador citou matéria da revista *Veja* segundo a qual a MP 517/11, aprovada pelo Congresso, traz um conjunto de temas em vez de um só. A reportagem informa que um dos itens concede um conjunto de benefícios e incentivos para "banqueiros ajustarem suas contas com o erário".

Segundo Ferraço, a emenda foi "de certa forma patrocinada" pela bancada do PMDB. O senador manifestou contrariedade com a matéria e disse que "isso não honra o partido nem o Senado".

– Não pode um membro do PMDB patrocinar esse tipo de tema – afirmou o parlamentar.



Ferraço condenou rito das MPs, que obriga Senado a votar às pressas

## ALTERAÇÃO FOI FEITA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deve entrar na pauta da próxima reunião da CAE o requerimento da oposição para audiência sobre novas denúncias da revista *Veja*, a respeito de prejuízos que podem ser causados aos cofres da União por emenda incluída na MP 517/11, que favorecia banqueiros em dívida com o erário.

Governistas salientaram que o artigo que trata do tema não integrava o texto original da MP, tendo sido incluído durante a tramitação na Câmara. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) observou que a presidente Dilma Rousseff não sancionou a MP e que ainda há tempo para vetar a alteração.

## ADIADA VOTAÇÃO SOBRE INDICADORES DO TCU

A CAE adiou ontem a votação de requerimento para discutir denúncias de irregularidades em índices adotados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como referência para o preço de obras públicas, como estradas, construções civis e aeroportuárias. Do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o requerimento menciona a reportagem "Raio X da corrupção", publicada na primeira semana de maio pela revista *Veja*, segundo a qual os índices Sinapi, da Caixa Econômica Federal, e Sicro, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), teriam preços superiores aos praticados no mercado.



Senador José Pimentel (C) e Roberto Giannetti (2º à dir.), da Fiesp, acompanham exposição do professor Júlio Almeida (D)

# Indústria está perdendo competitividade e espaço

Advertência foi feita por especialistas de várias áreas que participaram de debate promovido ontem pela Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

A INDÚSTRIA BRASILEIRA está perdendo sua competitividade no mercado internacional, as importações de manufaturados estão aumentando rapidamente e o país corre o risco de uma forte desindustrialização. Esses foram os avisos de especialistas que, ontem, participaram de audiência pública na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca, afirmou que a competitividade industrial está "em situação crítica". Ele avisou que o país está substituindo a produção interna por produtos importados.

– A exportação industrial brasileira está naufragando – avaliou Giannetti.

O representante da Fiesp elogiou a recente decisão do

Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou ilegais leis de isenção fiscal de seis estados e do Distrito Federal. Para Giannetti, a chamada guerra fiscal tem sido muito danosa ao Brasil, por criar concorrência desleal na economia interna.

Giannetti disse ainda que o governo deveria criar uma "regulamentação mais rígida do setor financeiro especulativo" e, ao mesmo tempo, valorizar o setor industrial, por este gerar mais empregos e mais renda.

O professor da Unicamp e diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, informou que o quadro positivo da balança comercial é devido, principalmente, ao alto preço internacional das commodities agrícolas e minerais e do petróleo.

Júlio Almeida avisou que os demais setores industriais enfrentam enormes empecilhos para exportar seus produtos

competitivamente, o que está fazendo inúmeras indústrias nacionais saírem do Brasil.

– Empresas brasileiras estão saindo do país. São empresas que estão fugindo do Brasil para serem mais competitivas – afirmou o professor.

Para o representante do Iedi, a estrutura tributária brasileira "é um desastre", a infraestrutura "é cara e ruim" e as indústrias estão perdendo espaço, não só no mercado externo, mas também no mercado interno. Na opinião do professor, custos como os da energia elétrica e os de serviços de telecomunicações precisam ser urgentemente desonerados e as importações devem ser desestimuladas.

Para os integrantes da subcomissão, presidida pelo senador José Pimentel (PT-CE), o Brasil precisa investir mais nas indústrias, na infraestrutura e em ciência, tecnologia e inovação. Eles também defendem que o poder público deve economizar e conter gastos correntes.

## Detentor de cargo público pode ter contas abertas

Os titulares de cargos, empregos e funções em qualquer dos poderes da União poderão ser obrigados a assinar autorização para que o Tribunal de Contas da União (TCU) requisite diretamente à Receita Federal o acesso informatizado aos dados de suas declarações de bens e rendimentos. O procedimento está previsto em projeto (PLS 577/09) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o autor da proposta, o ex-senador Renato Casagrande, o objetivo é simplificar o processo de prestação de contas a que estão sujeitos os agentes públicos citados na Lei

8.730/93. O presidente e o vice-presidente da República, ministros, membros do Congresso, da magistratura e do Ministério Público, além de todo titular de cargo ou função de confiança, inclusive nas empresas e autar-

quias públicas, já são obrigados a apresentar suas declarações anualmente. Para Casagrande, a exigência da entrega da cópia da declaração de renda e bens em papel é uma previsão "anacrônica".



Delcídio do Amaral (D), presidente, e Lobão Filho, vice, à frente da reunião da CAE

## OPERAÇÃO DO BB ENVIADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aloysio Nunes (PSDB-SP) confirmou recomendação para envio de informações da Secretaria do Tesouro Nacional aos ministérios públicos Federal e do Paraná apontando irregularidade em contrato entre a prefeitura de Pato Branco e o Banco do Brasil. O município havia renegociado e assumido perante o banco um débito da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda operações de crédito entre entes federativos.

## CAE ADIA DECISÃO SOBRE SHOPPING

A CAE adiou novamente a decisão sobre projeto que assegura gratuidade em estacionamento de shopping center para consumidor que comprovar gastos em lojas do próprio local acima de 20 vezes a quantia devida pela guarda do veículo. O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), pediu o adiamento. O projeto (PLS 87/11) foi apresentado por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

## FAMÍLIAS ENDIVIDADAS SERÃO TEMA DE DEBATE

A Comissão de Assuntos Econômicos vai realizar audiência para debater o endividamento da população e suas consequências financeiras, econômicas e sociais. O requerimento foi feito por Cristovam Buarque (PDT-DF), que sugeriu a presença do diretor de Política Econômica do Banco Central, Carlos Hamilton; do presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Antonio de Oliveira Santos; e de um grupo de economistas.

## Crescimento é significativo, diz Marta Suplicy

Marta Suplicy (PT-SP) destacou os resultados "muito significativos" da política econômica do governo Dilma Rousseff, divulgados na sexta-feira. Para a senadora, o governo está conseguindo "um ideal de equilíbrio na política econômica, no momento em que não abriu mão da geração de empregos, do crescimento econômico e também de combater o mal terrível que é a inflação".

O resultado do produto interno bruto (PIB) mostra, disse Marta, que a economia cresceu 1,3% no primeiro trimestre em comparação ao último do ano passado.

## "Estados que produzem minério são espoliados"

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que os estados produtores de minérios sejam, segundo ele, espoliados. E pediu justiça, já que os estados não receberiam a contrapartida adequada por parte do governo federal e das mineradoras.

Ele acusa a Vale de realizar artifícios contábeis para distorcer a compensação financeira paga aos estados e considera benevolente o tratamento dado às mineradoras pelo Estado brasileiro. Segundo afirmou, a compensação, que ficava em torno de 70%, passou no governo Lula a apenas 20%.

## Ataídes defende maior equilíbrio federativo

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu ontem a importância do equilíbrio federativo, lembrando a 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quando foi novamente abordada a questão do desequilíbrio do pacto federativo.

O senador destacou, entre as proposições legislativas de alto impacto para a economia dos municípios, a redistribuição dos royalties do petróleo. Ele defendeu a derrubada do veto ao artigo 64 da Lei 12.351/10, que determina a distribuição dos royalties para todos os estados e municípios.



Marta Suplicy



Flexa Ribeiro



Ataídes Oliveira